



Prefeitura do Município de Angatuba
Estado de São Paulo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

| | |
|---|--|
| Secretaria/Setor requisitante: | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Setor de Apoio Administrativo |
| Responsável(is) pela elaboração: | Nome: Juliana Lopes Lara Cargo / nº de matrícula: Secretária Municipal de Desenvolvimento Social / 3807 |
| Secretaria/Setor requisitante: | Secretaria Municipal de Esportes e Lazer Setor de Apoio Administrativo |
| Responsável(is) pela elaboração: | Nome: Giovane Augusto Camargo Santos Cargo / nº de matrícula: Secretária Municipal de Esporte e Lazer / 3525 |
| Especificação do objeto: | Credenciamento de Oficineiros para atender ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) através de seus núcleos vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e as oficinas desenvolvidas pela Secretaria de Esporte e Lazer |
| Natureza do objeto: | SERVIÇO CONTÍNUO |

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. O PCA deste exercício não foi concretizado, porém, a demanda já estava prevista no planejamento destas Secretarias, em razão da existência do Chamamento Público n.º 001/2023 que se encerrara dia 21/08/2025.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. Oficinas do Social: As oficinas serão desenvolvidas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), referenciado ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, bem como em seus núcleos: Centro de Convivência Rolim Rosa, Centro de Convivência Valdemar de Meira – Bom Retiro, CCI – Centro de Convivência do Idoso, e respectivos territórios de abrangência. Visando ao atendimento de crianças e adolescentes nas faixas etárias de 6 a 15 anos e de 15 a 17 anos, de jovens e adultos de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos e de idosos a partir de 60 anos, incluindo também adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto (LA e PSC), pessoas em situação de vulnerabilidade social ou inscritos no



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com o objetivo de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

3.2 O credenciamento de oficineiros se justifica pela necessidade de oferecer atividades socioeducativas e motoras às crianças e adolescentes. Essas atividades são fundamentais para promover a inclusão social, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e emocionais, bem como fortalecer a convivência. Os oficineiros atuarão diretamente nas unidades, desenvolvendo oficinas e atividades que abrangem diversas áreas, como artes, recreação, música, teatro, dança e outras expressões culturais. As oficinas têm como objetivo proporcionar aos participantes oportunidades de aprendizado, lazer e interação, contribuindo para o fortalecimento de vínculos, a melhoria da autoestima e promovendo o desenvolvimento integral do sujeito. A contratação de oficineiros é essencial para garantir a oferta contínua de atividades especializadas, que demandam conhecimentos técnicos específicos e metodologias adequadas ao público-alvo. As oficinas são uma ferramenta eficaz no processo de desenvolvimento social e no fortalecimento de vínculos dos participantes. Além disso, a diversidade de oficinas e profissionais especializados permite atender às necessidades individuais de cada grupo, garantindo um atendimento personalizado e de qualidade. A ausência de oficineiros comprometeria a realização das atividades planejadas, resultando na perda de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento das crianças e adolescentes. Isso poderia gerar desmotivação e baixa adesão às atividades, além de prejudicar os objetivos socioeducativos das Secretarias envolvidas. Sem o credenciamento, a organização também teria dificuldades em atrair profissionais qualificados de forma ágil e transparente, comprometendo o atendimento e os resultados esperados.

3.3. Oficinas do Esporte: A oficina terá capacidade de atender em sua totalidade até 200 usuários, por período de 12 (doze) meses, divididos em turmas. A oficina poderá ocorrer até três vezes na semana (sendo até 6 horas semanais, de no máximo 2 horas cada turma, e de no máximo até 50 participantes por turma) no período da noite no ginásio de esportes Zizão e ginásio de esportes Pedro Pedrico. O público-alvo são pessoas de 06 a 11 anos, 12 a 17 anos, 18 a 29 anos, 30 a 59 anos e pessoas idosos a partir de 60 anos, onde serão trabalhados as dificuldades e os impactos dos movimentos sendo os mesmos adaptados as faixas etárias acima referenciadas.

A importância de uma oficina de Zumba vai além da prática de atividade física, pois une movimento, música e interação social em um formato dinâmico e acessível, é importante porque alia saúde física, equilíbrio emocional, convivência social e valorização cultural em uma única atividade.

A oficina de uma oficina de **fit dance** tem grande relevância, pois trabalha o corpo de maneira integrada, combina exercício físico, diversão e socialização, sendo uma prática completa para a saúde e qualidade de vida.

Entre os principais pontos, das oficinas de zumba, destacam-se:

- **Promoção da saúde e bem-estar:** contribui para a melhora da capacidade cardiovascular, fortalecimento muscular, coordenação motora e resistência física, além de auxiliar na prevenção de doenças ligadas ao sedentarismo.
- **Controle do estresse e saúde mental:** a prática com música animada e coreografias divertidas ajuda a liberar endorfina, reduzindo sintomas de ansiedade, estresse e promovendo mais autoestima e disposição.
- **Inclusão e acessibilidade:** não exige experiência prévia em dança, permitindo que pessoas de diferentes idades e níveis de condicionamento participem de forma leve e prazerosa.
- **Socialização:** favorece a integração entre os participantes, fortalecendo vínculos comunitários e criando um espaço de convivência saudável.
- **Estímulo cultural:** como as músicas envolvem ritmos latinos e internacionais, também há contato com diferentes culturas musicais e expressões corporais.

Os principais objetivos de uma aula de Fit Dance envolvem tanto aspectos físicos quanto emocionais e sociais. Entre eles, destacam-se:

- **Promoção da saúde e bem-estar:** Trabalhar condicionamento físico, melhorar a resistência cardiovascular, a coordenação motora e a consciência corporal de forma dinâmica e prazerosa.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

- **Queima calórica e emagrecimento saudável:** Estimular o gasto energético através de movimentos intensos e contínuos, auxiliando no controle de peso e na melhoria da composição corporal.
- **Desenvolvimento da coordenação e ritmo:** Aumentar a percepção musical, a sincronia de movimentos e a agilidade, tornando o corpo mais responsivo aos estímulos rítmicos.
- **Redução do estresse e melhoria do humor:** Proporcionar diversão e descontração por meio da dança, liberando endorfina e favorecendo a saúde mental.
- **Estímulo à socialização:** Favorecer a integração entre os participantes, criando um ambiente de convivência positiva e de incentivo coletivo.
- **Aumento da autoestima e confiança:**
- Promover a expressão corporal, permitindo que cada participante se sinta mais à vontade com o próprio corpo e desenvolva segurança em sua imagem.

4 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

4.1.2. Ainda, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os serviços têm natureza comum.

4.1.3. As particularidades de cada item estarão contidas nas respectivas especificações dos materiais no Termo de Referência.

4.2. O prazo de vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. O objeto possui caráter continuado, fundamental para a manutenção das atividades do Setor requisitante, cujo fornecimento possui necessidades permanentes ou prolongadas.

4.3. Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a futura contratada atenda aos seguintes requisitos, apresentando:

- a. Estar registrado no órgão de classe das oficinas que exigem registro;
- b. Ter experiência de no mínimo 01 (um) ano de atuação na área pleiteada;
- c. Não poderão se inscrever servidores pertencentes aos quadros de funcionários da Prefeitura do Município de Angatuba;

4.3.1 Perfil Técnico Orientador da Oficina de Pintura:

Deverá atender a todos os requisitos do item 4.3. e os demais abaixo discriminados:

- a. Conhecer técnicas e materiais diversificados de pintura em tecido e a utilização de materiais reciclados, utilizando técnicas de pintura, práticas artesanais de acordo com normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde;

4.3.2 Perfil Técnico Orientador da Oficina de Informática:

Deverá atender a todos os requisitos do item 4.3. e os demais abaixo discriminados:

- a. Possuir conhecimento técnico na área de informática como: Word, Excel, etc.

4.3.3 Perfil Técnico Orientador da Oficina de Ginástica:

Deverá atender a todos os requisitos do item 4.3. e os demais abaixo discriminados:



Prefeitura do Município de Angatuba

Estado de São Paulo

- a. Ser formado em Educação Física e estar devidamente inscrito no Conselho Regional de Educação Física.

4.3.4 Perfil Técnico Orientador da Oficina de Futebol de Campo:

Deverá atender a todos os requisitos do item 4.3. e os demais abaixo discriminados:

- a. Estar devidamente inscrito no Conselho Regional de Educação Física.

4.3.5 Perfil Técnico Orientador da Oficina de Treinamento Funcional:

Deverá atender a todos os requisitos do item 4.3. e os demais abaixo discriminados:

- a. Estar devidamente inscrito no Conselho Regional de Fisioterapia.

4.3.6 Perfil Técnico Orientador da Oficina de Recreação:

Deverá atender a todos os requisitos do item 4.3. e os demais abaixo discriminados:

- a. Ser formado em Educação Física e estar devidamente inscrito no Conselho Regional de Educação Física.

4.3.7 Perfil Técnico Orientador da Oficina de Zumba e Fit Dance:

Deverá atender a todos os requisitos do item 4.3. e os demais abaixo discriminados:

- a. Envolve competências específicas que garantem a condução segura, motivadora e eficiente das aulas;
- b. *Formação e certificação*: possuir curso de instrutor de Zumba, em instituição reconhecida, garantindo domínio das metodologias oficiais e conhecimento das normas de segurança.
- c. Experiência comprovada em condução de aulas de dança ou atividades físicas coletivas;
- d. *Conhecimento em atividade física*: noções de anatomia, fisiologia e princípios do treinamento físico, a fim de adaptar exercícios conforme o nível dos alunos e prevenir lesões;
- e. *Capacidade de ensino*: habilidade em conduzir grupos, explicar movimentos de forma clara, demonstrar postura correta e adaptar a intensidade para iniciantes ou alunos mais avançados;
- f. *Domínio musical e rítmico*: coordenação motora e sensibilidade rítmica para conduzir coreografias com diferentes estilos musicais (salsa, merengue, reggaeton, samba, entre outros);
- g. *Comunicação e motivação*: capacidade de estimular, engajar e criar um ambiente positivo e acolhedor, mantendo a energia da turma durante toda a aula.
- h. *Gestão de turma e segurança*: atenção às condições do espaço físico, verificação de alongamento e aquecimento, além da observação individual para garantir que todos pratiquem de forma segura.
- i. *Atualização contínua*: participação em workshops, cursos e eventos da área fitness e de dança para aperfeiçoar técnicas e trazer novidades aos alunos.
- j. *Noções básicas de primeiros socorros*: além de cuidado preventivos com a saúde dos alunos.

4.3.7. Sustentabilidade

4.3.7.1. Os critérios de sustentabilidade eventualmente estão inseridos no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, a futura contratada deverá observar:

4.3.8. Da [prova de conceito](#)

4.3.8.1. [Não será necessária a avaliação de prova de conceito para aceitabilidade da proposta.](#)

4.3.9. Subcontratação



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

4.3.9.1. Para a contratação em questão, é vedada a subcontratação, nos termos do artigo 122, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.10. Garantia da contratação

4.3.10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.3.11. Garantia dos serviços

4.3.11.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.3.12. Prazo e condições mínimas para início da execução dos serviços:

4.3.12.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato.

4.3.12.2. Os profissionais deverão ter postura adequada e atuar de forma íntegra com a equipe multiprofissional e demais áreas da instituição, além de:

- a) Garantia da integridade física dos alunos durante as oficinas, protegendo-os de situações de risco;
- b) Igualdade de tratamento sem quaisquer discriminações;
- c) Não realizar nenhuma cobrança aos alunos e/ou familiar pelos serviços;

4.3.12.3. A contratada se compromete a prestar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

5 – LEVANTAMENTO DO MERCADO

5.1. A solução pretendida envolve a prestação de serviços por profissionais capacitados em diversas atividades socioeducativas, culturais, esportivas e profissionais, foi realizado levantamento de mercado visando identificar valores praticados, perfis profissionais disponíveis e modalidades de contratação adotadas por outras administrações públicas ou instituições similares.

5.2. Portanto, foram consultadas bases de dados públicas, sites especializados, editais de credenciamento e contratações diretas por inexigibilidade, bem como realizada pesquisa junto a profissionais autônomos, associações e instituições que atuam com oficinas e formação livre. Observou-se que a prática de credenciamento é amplamente utilizada pela administração pública, por meio de chamada pública com critérios técnicos de seleção e fixação de valores referenciais por hora/aula ou por atividade.

5.3. Durante o levantamento, identificou-se que os valores de mercado praticados por hora/aula variam conforme a complexidade da atividade, formação e experiência do profissional, com valores médios oscilando entre R\$ 50,00 e R\$ 150,00 por hora/aula. Oficinas de maior especialização técnica ou artística (ex: teatro, audiovisual, música, tecnologia) tendem a ter maior valor agregado, enquanto oficinas de cunho mais geral (ex: artesanato, reciclagem, expressão corporal) apresentam valores mais acessíveis.

5.4. Além disso, observou-se a diversidade de perfis profissionais disponíveis no mercado, desde educadores populares, artistas independentes, profissionais de educação física e cultura, até técnicos com formação específica em áreas como empreendedorismo, culinária, comunicação, entre outros. Isso reforça a necessidade de critérios técnicos claros no edital de credenciamento, garantindo a qualidade das atividades a serem desenvolvidas.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

5.5. O levantamento também evidenciou que o modelo de credenciamento permite maior flexibilidade à administração pública, possibilitando a contratação conforme a demanda e a especificidade dos públicos atendidos, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

5.3. Para solucionar a insuficiência de profissionais especializados na rede municipal, foram analisadas três metodologias distintas:

SOLUÇÃO 01: CONCURSO PÚBLICO

A contratação de oficineiros para execução de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação profissional, destinadas a públicos atendidos por programas e políticas públicas da administração municipal, pode ser viabilizada por meio da realização de concurso público ou processo seletivo simplificado, conforme a natureza e a necessidade da contratação. A solução por concurso público é recomendada quando se tratar de necessidade permanente da administração, com previsão no plano de cargos e salários e dotação orçamentária específica. Essa modalidade assegura estabilidade ao servidor, continuidade das ações e fortalece o quadro próprio da gestão pública. Nesse caso, o certame deve prever cargos com atribuições compatíveis com a função de oficineiro, definindo escolaridade, áreas de atuação, carga horária e critérios de avaliação técnica e prática.

Por outro lado, nos casos em que a demanda é sazonal, variável ou vinculada a projetos temporários (como convênios, programas federais ou estaduais), pode-se optar por processo seletivo simplificado, com contratação por tempo determinado, conforme autorizado pelo inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Essa modalidade permite maior agilidade na contratação, respeitando os princípios da legalidade, publicidade e impessoalidade, sendo adequada para atendimento de projetos com prazos definidos ou metas específicas.

Em ambos os casos, é essencial prever critérios objetivos de seleção, como análise curricular, entrevistas, provas práticas ou demonstração de habilidades, considerando que a atuação do oficineiro exige não apenas formação técnica, mas também capacidade de comunicação, liderança e domínio das metodologias participativas. A realização do concurso ou processo seletivo deve ser precedida de planejamento, elaboração de edital com ampla divulgação, definição clara dos perfis profissionais buscados e cronograma de execução. Também é importante assegurar que a contratação esteja alinhada às diretrizes dos órgãos de controle, à legislação vigente e às necessidades reais dos equipamentos públicos que ofertarão as oficinas.

Assim, a solução por concurso público ou processo seletivo para oficineiros representa uma forma transparente e técnica de suprir demandas da administração pública, garantindo qualidade na execução das atividades e valorização dos profissionais da área.

SOLUÇÃO 02: PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DOS PROFISSIONAIS

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de oficineiros visa atender às demandas de execução de oficinas temáticas, socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação profissional, destinadas a públicos atendidos por equipamentos públicos e programas municipais, como CRAS, CREAS, SCFV, escolas, centros culturais, projetos de juventude e outros serviços socioassistenciais, educacionais ou comunitários, aulas no Ginásio de Esportes Zizão e Pedro Pedrico.

Essa modalidade de contratação permite à administração pública contar com uma empresa que disponha de estrutura organizacional e técnica para disponibilizar profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento e da prática social, conforme demanda específica de cada projeto ou público-alvo. A empresa contratada será responsável pela seleção, capacitação, gerenciamento e fornecimento dos oficineiros, assegurando que os profissionais atendam aos requisitos mínimos exigidos pela administração, como formação técnica, experiência prévia, habilidade de atuação com diferentes faixas etárias e domínio de metodologias participativas. A empresa também deverá garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e legais, mantendo a administração pública isenta de vínculos diretos com os profissionais.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

As oficinas a serem executadas poderão abranger temas diversos, tais como: artesanato, culinária, teatro, música, dança, grafite, esportes, educação ambiental, empreendedorismo, tecnologia, comunicação, entre outros, sendo a empresa responsável por apresentar planos de aula, cronogramas e relatórios de execução, conforme exigências contratuais. A contratação será realizada por meio de licitação, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico ou concorrência, com julgamento pelo critério de técnica e preço ou menor preço por lote/hora de oficina, assegurando a economicidade e a qualidade do serviço prestado. O edital deverá prever critérios objetivos de habilitação técnica, comprovação de experiência anterior com fornecimento de profissionais para oficinas e a obrigatoriedade de substituição imediata de profissionais que não atendam às exigências ou apresentem desempenho insatisfatório.

Essa solução permite agilidade na implantação das oficinas, flexibilidade na composição das turmas, diversidade temática e cobertura territorial, ao mesmo tempo em que transfere à empresa contratada a responsabilidade pela gestão operacional dos oficinas. É especialmente indicada quando há necessidade de execução simultânea de oficinas em diferentes locais, com perfis variados de instrutores, e em curto prazo

SOLUÇÃO 03: CREDENCIAMENTO DOS PROFISSIONAIS

O credenciamento de profissionais, previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 843/2024, apresenta-se como a solução mais eficiente e flexível. Esse modelo permite a contratação paralela e não excludente de diversos oficinas, garantindo maior capilaridade no atendimento da rede municipal. A ausência de limitação quanto ao número de credenciados assegura que todos os profissionais que cumprirem os requisitos estabelecidos possam prestar os serviços, evitando a escassez de profissionais. Ademais, a distribuição da demanda pode ser realizada com base em critérios objetivos, garantindo equidade e eficiência na alocação dos atendimentos. Além disso, por permitir a contratação contínua de novos profissionais, esse modelo evita os entraves de um processo licitatório tradicional, garantindo maior previsibilidade e segurança na prestação dos serviços.

5.3. Análise comparativa das soluções evidenciadas:

| SOLUÇÃO | PRÓS | CONTRAS |
|---|---|---|
| Concurso Público | <ul style="list-style-type: none">• Profissionais com vínculo estável;• Maior controle sobre a prestação dos serviços.• Valorização do serviço público e fortalecimento da carreira pública. | <ul style="list-style-type: none">• Baixa adesão e alta rotatividade dos profissionais técnicos;• Lentidão do processo e longo prazo para realização do concurso;• Impacto na folha de pagamento.• Necessidade de previsão legal – cargos criados por lei, atribuições compatíveis, plano de carreira de dotação orçamentária. |
| Pregão para Contratação de Empresa Especializada | <ul style="list-style-type: none">• Contratação ágil;• Empresa responsável por disponibilizar os médicos. | <ul style="list-style-type: none">• Dependência de uma única empresa;• Risco de descontinuidade do serviço;• Menor controle da Administração sobre a execução dos serviços;• Custo elevado;• Menor controle direto sobre o profissional. |
| Credenciamento de Profissionais Especialistas | <ul style="list-style-type: none">• Maior flexibilidade e capilaridade no atendimento;• Possibilidade de múltiplos profissionais credenciados;• Critérios objetivos para distribuição da demanda;• Atendimento descentralizado em unidades públicas. | <ul style="list-style-type: none">• Exige estrutura de gestão eficiente para garantir a equidade na distribuição das oficinas;• Controle administrativo mais rigoroso para acompanhamento da execução dos serviços;• Requer ampla divulgação e seleção técnica adequada. |



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução adotada para suprir a necessidade da Administração Pública Municipal é o credenciamento de profissionais especialistas, fundamentado no **art. 79 da Lei nº 14.133/2021** e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 843/2024.

6.1.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento de credenciamento de oficineiros, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços na forma de oficinas temáticas, culturais, socioeducativas, esportivas ou de qualificação profissional, conforme demanda da administração pública. O credenciamento será operacionalizado por meio de chamada pública, com ampla divulgação e critérios objetivos de habilitação técnica, permitindo à administração a formação de um banco de prestadores de serviço habilitados, os quais poderão ser convocados conforme a necessidade de cada equipamento público ou programa governamental.

6.1.2. Essa solução é especialmente adequada para serviços de natureza eventual, diversificada e com alta rotatividade de temáticas, como ocorre nos serviços de convivência (SCFV), centros culturais, programas de juventude, ações de assistência social, educação complementar e projetos financiados por convênios ou transferências voluntárias. Além das aulas ministradas em ginásios de esportes as quais estimulam atividades físicas diversificadas. O modelo possibilita a contratação por demanda e por atividade executada (hora/aula ou oficina), sem vínculo empregatício com o poder público, garantindo maior flexibilidade operacional e controle de custos.

6.1.3. Cada oficineiro será selecionado de acordo com seu perfil técnico, experiência comprovada na área proposta e adequação à temática desejada, sendo firmado contrato ou termo de compromisso individual com base na tabela de valores estabelecida no edital de credenciamento. A adoção do credenciamento como solução assegura:

- Atendimento descentralizado e ágil;
- Diversificação de conteúdos ofertados;
- Possibilidade de substituição imediata de profissionais;
- Compatibilidade com ações de curto, médio ou longo prazo;
- Transparência e isonomia no processo de seleção dos prestadores.

6.1.4. Além disso, o modelo atende ao interesse público ao permitir que o município contrate conforme necessidade real, sem manter custos fixos, e garanta que os serviços ofertados estejam sempre alinhados aos objetivos e às metas dos programas e políticas públicas em execução. Dessa forma, o credenciamento de oficineiros configura-se como uma solução eficiente, flexível, legalmente adequada e economicamente viável, promovendo qualidade e diversidade nas atividades ofertadas à população.

6.1.5. Diante dessas dificuldades, o credenciamento de profissionais surge como a solução mais eficaz e vantajosa para a realidade do município. Diferente das demais soluções, o credenciamento não restringe a prestação dos serviços a uma única empresa nem impõe a rigidez de um vínculo empregatício, cujos prazos processuais não atendem de imediato a necessidade de Administração Pública, proporcionando maior flexibilidade na execução contratual. Com isso, a Prefeitura não fica à mercê de um único prestador e pode contar com um número ampliado de profissionais, assegurando melhor assistência à saúde da população.

6.1.6. Além da ampliação do atendimento, o credenciamento reforça a ideia de que uma contratação pública não deve ser pautada apenas pelo menor preço, mas sim pela economicidade, havendo qualidade e amplo atendimento ao interesse público. A descentralização dos serviços, aliada à possibilidade contínua de credenciamento de novos profissionais conforme a demanda, garante maior previsibilidade e segurança na prestação dos serviços médicos especializados. Assim, essa modelagem contratual se consolida como a mais equilibrada para o município, permitindo que a Administração estabeleça critérios objetivos para a distribuição dos atendimentos e assegure um serviço eficiente e acessível a toda população.

6.2. O credenciamento é a alternativa mais adequada para a prestação das oficinas no município, considerando



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

que o preenchimento das vagas por meio de concurso público não é viável no momento, haja vista não haver vagas em aberto no momento, e a sua abertura no momento não se torna a melhor e a mais rápida solução.

6.2.1. Transcrevo, complementarmente, o **Acórdão 3.567/2014**, também do TCU:

[...] O credenciamento é hipótese de inviabilidade de competição não expressamente mencionada no art. 25 da Lei 8.666/1993 (cujos incisos são meramente exemplificativos). Adota-se o credenciamento quando a Administração tem por objetivo dispor da maior rede possível de prestadores de serviços. Nessa situação, a inviabilidade de competição não decorre da ausência de possibilidade de competição, mas sim da ausência de interesse da Administração em restringir o número de contratados. (Acórdão 3.567/2014-TCU-Plenário, relator ministro José Múcio Monteiro, revisor ministro Benjamin Zymler).

6.2.2. O credenciamento é um instrumento adequado quando há necessidade de ampliar a rede de prestadores de serviço de forma não excludente, garantindo flexibilidade e eficiência na contratação, desde que respeite os princípios da isonomia, impessoalidade e economicidade, conforme **Acórdão 2.977/2021 do TCU**:

O credenciamento é legítimo quando a administração planeja a realização de múltiplas contratações de um mesmo tipo de objeto, em determinado período, e demonstra que a opção por dispor da maior rede possível de fornecedores para contratação direta, sob condições uniformes e predefinidas, é a única viável ou é mais vantajosa do que outras alternativas para atendimento das finalidades almejadas, tais como licitação única ou múltiplas licitações, obrigando-se a contratar todos os interessados que satisfaçam os requisitos de habilitação e que venham a ser selecionados segundo procedimento objetivo e impessoal, a serem remunerados na forma estipulada no edital. (Acórdão **2.977/2021** – Plenário – rel. Min. Weder de Oliveira).

6.3. A operacionalização do credenciamento ocorrerá por meio de um chamamento público, no qual serão estabelecidos os critérios para participação, os requisitos técnicos e as regras para prestação dos serviços. Os profissionais interessados deverão apresentar documentação comprobatória de sua qualificação e regularidade jurídica e fiscal, conforme previsto no edital.

6.4. A alocação das oficinas será realizada de maneira objetiva, respeitando a igualdade de oportunidade entre os credenciados. De acordo com o art. 9º do **Decreto Municipal nº 843/2024**, a distribuição da demanda seguirá critérios previamente definidos, permitindo que a Administração tenha maior controle sobre a oferta dos serviços e evite desigualdades na contratação. Além disso, as oficinas poderão ser realizadas tanto nas dependências da Secretaria de Desenvolvimento Social, CRAS, e unidades descentralizadas da referida secretaria no município quanto em unidades privadas dos profissionais credenciados, ampliando a cobertura assistencial e proporcionando mais acessibilidade à população.

6.5. Entre os benefícios do credenciamento, destaca-se a flexibilidade na adesão de profissionais, permitindo que novos especialistas ingressem no quadro sempre que necessário, sem a limitação de um quantitativo fixo, como ocorre nos concursos públicos e nas contratações por pregão. Esse modelo possibilita a ampliação da rede de atendimento conforme a variação da demanda, garantindo maior eficiência na gestão da saúde municipal.

6.6. Sob o aspecto econômico, o credenciamento proporciona um modelo de remuneração mais racional e vantajoso para a Administração. Diferentemente da contratação via concurso público, que geram custos fixos elevados com encargos trabalhistas e previdenciários, o credenciamento possibilita pagamentos proporcionais à efetiva prestação do serviço, otimizando a aplicação dos recursos públicos. Além disso, os valores estabelecidos no edital garantem previsibilidade orçamentária, permitindo um planejamento financeiro adequado.

6.7. No que tange à qualidade das oficinas, o credenciamento permite a fixação de critérios rigorosos de habilitação, garantindo que apenas profissionais devidamente qualificados sejam credenciados. A Administração poderá implementar mecanismos de fiscalização contínua para assegurar a regularidade da aplicabilidade das oficinas, assim como a frequência dos educadores e educandos e o fiel cumprimento da grade curricular ofertada.

6.8. Dessa forma, o credenciamento se apresenta como a solução mais eficiente para suprir a necessidade de profissionais especializados no município, permitindo uma contratação ágil, flexível e economicamente viável, assegurando a ampliação do acesso as oficinas de diversas modalidades ofertadas e a melhoria da qualidade da



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

assistência prestada à população.

6.9. Da hipótese de credenciamento aplicada

6.9.1. O inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o credenciamento pode ser utilizado na hipótese de contratação **"paralela e não excludente"**, ou seja, quando a Administração necessita contar com múltiplos prestadores de serviço atuando simultaneamente, sob condições uniformes e predefinidas, sem que haja exclusividade de um único contratado. Esse modelo é especialmente aplicável ao credenciamento de oficineiros, pois permite que a Administração amplie a rede de atendimento à população, garantindo maior flexibilidade e eficiência na prestação dos serviços sociais e de esporte.

6.9.2. Dessa forma, a Administração pode estabelecer critérios objetivos para que todos os profissionais que atendam aos requisitos de habilitação possam prestar os serviços, sem um limite rígido de contratados, garantindo assim a disponibilidade contínua de especialistas para atendimento à população.

6.9.3. Outro aspecto relevante do credenciamento paralelo e não excludente é a possibilidade de distribuir a demanda entre diversos profissionais de forma isonômica, evitando a sobrecarga de um único prestador e assegurando um atendimento descentralizado e eficiente. Essa modelagem também reduz a dependência da Administração em relação a uma única empresa terceirizada, como ocorreria em uma contratação convencional via pregão, permitindo um atendimento mais diversificado e acessível.

6.9.4. Portanto, o credenciamento com base no inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133/2021 representa uma solução estratégica para suprir a carência de profissionais capacitados para as oficinas na rede de atendimento social e de esporte, assegurando que a população tenha acesso contínuo às oficinas ofertadas, sem a rigidez dos modelos tradicionais de contratação e sem comprometer a eficiência e a transparência na execução contratual.

6.10. Critérios de distribuição das demandas

6.10.1. A distribuição das demandas seguirá a ordem cronológica de credenciamento. Esse critério assegura que todos os profissionais habilitados sejam convocados de maneira objetiva, sem qualquer subjetividade na escolha. O acionamento ocorrerá por meio de sistema informatizado ou outro meio oficial estabelecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, possibilitando a transparência e rastreabilidade do processo.

6.10.2. Os credenciados serão acionados conforme a ordem de ingresso no cadastro de prestadores, levando em consideração a data e hora da manifestação de interesse em se credenciar. Sendo assim, o primeiro credenciado será o primeiro a ser acionado e, conforme realizar as oficinas será seguido pelo próximo da lista. Para evitar a concentração da demanda em poucos prestadores e garantir a distribuição equitativa, poderá ser estabelecido um limite máximo de atendimentos sequenciais antes do acionamento do próximo credenciado. Essa medida impede a monopolização dos serviços e amplia a participação de todos os credenciados.

6.10.3. Os credenciados poderão manifestar sua disponibilidade para atendimento sempre que houver demanda. Esse modelo permite que aqueles com agenda disponível sejam acionados com maior celeridade, evitando esperas prolongadas e otimizando o fluxo de atendimento. Para garantir a equidade na distribuição, um sistema de rodízio poderá ser adotado, evitando que sempre os mesmos credenciados apliquem as oficinas enquanto outros permanecem sem demanda.

6.10.4. Todas as convocações serão registradas, garantindo transparência no processo de distribuição da demanda. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social um controle detalhado sobre as oficinas realizadas por cada credenciado, assegurando que o acionamento respeite os princípios da impessoalidade e isonomia. Caso um credenciado não possa assumir a oficina no momento da convocação, a demanda será automaticamente repassada ao próximo disponível, sem prejuízo de futuras convocações.

6.10.5. Para evitar que um único credenciado absorva a maior parte das demandas, poderá ser estipulado um limite de oficinas sequenciais antes de passar ao próximo credenciado da lista. Esse critério assegura que todos tenham oportunidade de execução dos serviços e evita desigualdade na distribuição. A definição desse limite poderá considerar fatores como demanda de inscritos, oficinas diversas entre si e capacidade operacional de



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

cada prestador.

6.10.6. A fim de garantir maior eficiência e controle na distribuição das demandas, poderá ser utilizado um sistema informatizado de gestão, no qual os credenciados registram sua disponibilidade e são acionados automaticamente conforme as regras estabelecidas. Esse sistema possibilita auditoria contínua e evita qualquer tipo de interferência subjetiva no processo.

6.10.7. Credenciados que reiteradamente não atenderem às convocações sem justificativa plausível poderão ser suspensos temporariamente do rodízio de distribuição. Essa medida visa garantir que a população tenha disponível todas as oficinas ofertadas e que apenas prestadores efetivamente disponíveis sejam acionados. A exclusão definitiva do credenciamento poderá ocorrer nos casos previstos em contrato ou regulamento específico.

6.10.8. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Esporte e Lazer, realizarão revisões periódicas da metodologia de distribuição das demandas para identificar possíveis ajustes e garantir que o critério adotado continue sendo eficiente e justo. Sugestões dos credenciados e usuários poderão ser consideradas para eventuais aprimoramentos no modelo de acionamento.

6.11. Duração do credenciamento e do contrato

6.11.1. No procedimento de credenciamento a Administração deve divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, o edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

6.11.2. Tendo em vista que trata-se de uma inovação na forma de contratar este objeto no município e com o intuito de fomentar, especialmente, o comércio local da região, sugerimos que o edital de chamamento público fique vigente por **PRAZO INDETERMINADO**.

6.11.2.1. Ferrando Rossa (2024), advogado, instrutor e consultor em Licitações e Contratos, disse em matéria publicada no Portal de Compras Públicas¹, que *“um dos requisitos mais importantes será a construção e publicação do edital de ‘chamamento público’, convocando a todos os interessados, que possam atender aos requisitos previstos, permitindo o cadastramento de novos interessados por período indeterminado”*.

6.11.2.2. Ainda sob o revogado regime legal da Lei nº 8.666, de 1993, a Advocacia Geral da União (AGU), no **PARECER nº 0003/2017/CNU/CGU/AGU**, já adotava o posicionamento de que *“É admissível o estabelecimento de vigência indeterminada ao credenciamento, com inexistência de prazo limite para que os interessados possam comparecer e se credenciar perante a Administração Pública, sem prejuízo de alteração ulterior das regras de credenciamento”*.

6.11.2.3. Vale lembrar que por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração, o edital de credenciamento poderá ser revogado.

6.11.3. O prazo de vigência do primeiro instrumento de contrato firmado através do credenciamento será de **12 (doze) meses**, valendo a data de assinatura como termo inicial de vigência. Ainda, o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto na legislação aplicada, desde que continue sendo vantajoso para a Administração.

6.11.3.1. Por se tratar de um serviço contínuo, aquele previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, as prorrogações poderão ser sucessivas, *respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes*.

6.11.3.2. Os demais contratos firmados no decorrer da vigência do credenciamento **terão o mesmo final**

¹ Disponível em: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/blog/a-evolucao-do-credenciamento-na-lei-14-133-21-e-o-decreto-federal-11-878-2024-218>



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

de vigência do primeiro credenciado, para posterior prorrogação de todos ao mesmo tempo, visando um melhor gerenciamento dos contratos pelo gestor, bem como para o manejo equitativo dos quantitativos para a renovação dos contratos.

6.12. Vedação a participação de consórcio

6.12.1. A Lei nº 14.133, de 2021, estipula no art. 15 que, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento não limitará a competitividade.

6.12.2. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é de grande vulto econômico, ou seja, o estudo técnico preliminar não traz nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

6.12.3. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

6.12.4. Como já dito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação exigidos. Nesses casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

6.12.5. Então, neste caso, a Administração, com vistas a aumentar o número de participante se ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, **VEDA a participação de empresas constituídas na forma de consórcio**.

6.12.6. Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, conseqüentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

6.13. Vedação a participação de cooperativa

6.13.1. Na Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu-se no art. 9º, inciso I, alínea ‘a’:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, **inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas [...]**. (grifo nosso).

6.13.2. A participação de sociedade cooperativa não será admitida, pela natureza do serviço, conforme disposto na Súmula nº 281 do TCU:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade. (Acórdão 1.789/2012 – Plenário – rel. Min. José Mucio Monteiro).

6.14. Vedação a participação de pessoa física

6.14.1. Ao permitir apenas o credenciamento de pessoas jurídicas, a Administração Pública reforça o controle sobre a regularidade fiscal, trabalhista e sanitária dos prestadores de serviço. Empresas possuem estrutura administrativa que facilita a fiscalização e o cumprimento das obrigações contratuais, além de proporcionar maior



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

estabilidade na prestação dos serviços.

6.14.2. Outro fator determinante para a vedação da participação de pessoas físicas é a necessidade de garantir continuidade e escalabilidade no atendimento. Com a possibilidade de que os serviços sejam prestados dentro das unidades de atendimento do SMDS, a Administração deve ter segurança quanto à disponibilidade dos profissionais e à capacidade de reposição em caso de afastamentos, o que é mais viável quando há uma estrutura jurídica consolidada por trás da prestação do serviço.

6.14.3. Além disso, a exigência de credenciamento de pessoas jurídicas mitiga riscos trabalhistas, uma vez que a relação entre o poder público e os credenciados se mantém dentro dos limites da prestação de serviços, sem que haja vínculo empregatício. Isso resguarda a Administração de possíveis encargos e passivos trabalhistas, garantindo que a contratação ocorra dentro dos princípios da economicidade e da segurança jurídica.

6.14.4. Portanto, a impossibilidade de participação de pessoa física no credenciamento, decorre da necessidade de assegurar um modelo eficiente, juridicamente seguro e operacionalmente viável, que permita a manutenção contínua dos atendimentos e a melhor gestão dos oficineiros disponíveis para a população.

6.15. Da qualificação técnica

6.15.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.15.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas: comprovação de prestação de serviços com características pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, com no **mínimo 01 (um) ano de experiência não concomitante**.

6.15.3. A exigência de atestados de capacidade técnica que comprovem a prestação de serviços compatíveis com o objeto da licitação, com experiência mínima de 01 (um) anos, ainda que não concomitantes, encontra respaldo legal no § 5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite tal requisito em contratações de serviços contínuos.

6.15.4. Essa previsão legal foi reconhecida como legítima pelo Tribunal de Contas da União (TCU), desde que a Administração justifique tecnicamente a pertinência da exigência em função da natureza do objeto licitado. O Acórdão nº 924/2022 – Plenário reforça que a exigência de experiência mínima, por prazo determinado, pode ser aceita como medida excepcional, devendo estar vinculada a elementos objetivos que evidenciem a necessidade de qualificação mínima para a adequada execução contratual.

6.15.6. Essa exigência visa garantir que a empresa contratada possua histórico consistente de atuação com alunos e oficinas. A experiência mínima de 01 (um) ano assegura não apenas a maturidade da solução ofertada, mas também o domínio técnico da contratada.

6.15.7. Assim, o histórico de, no mínimo, três anos de atuação comprovada constitui critério legítimo de qualificação técnica e requisito essencial à adequada execução do objeto, garantindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e aderência institucional à proposta de transformação digital.

7.1. Do local de prestação dos serviços

7.15.1. A prestação das aulas das oficinas ofertadas ocorrerá tanto nas unidades descentralizadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como nos Ginásios de Esportes Zizão e Pedro Pedrico. A definição do local de atendimento será estabelecida de maneira estratégica, visando a melhor organização e eficiência na prestação dos serviços, considerando a infraestrutura disponível e as necessidades da população.

7.15.2. Uma vez credenciada, a empresa deverá formalizar, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

Social e a Secretaria de Esporte e Lazer, os locais onde serão ministradas as oficinas.

7.15.3. Nos casos em que o atendimento ocorrer nas unidades descentralizadas municipais, os profissionais deverão seguir os protocolos e regulamentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A estrutura física, equipamentos e insumos necessários serão disponibilizados pelo município, sendo responsabilidade do credenciado cumprir com os horários e critérios de atendimento previamente acordados.

7.15.4. A alternância entre os locais de atendimento poderá ocorrer conforme a necessidade da Administração Pública, sempre com anuência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Secretaria de Esporte e Lazer e do credenciado. Essa flexibilidade visa aperfeiçoar a cobertura dos serviços de oficinas municipais, garantindo que a população tenha acesso contínuo e eficiente aos atendimentos necessários.

7.15.5. Independentemente do local de prestação dos serviços, o credenciado deverá seguir rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo município, assegurando a qualidade, pontualidade e eficiência das oficinas.

8 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

| Item | Descrição | Undd de Medida | Valor Unitário | Quantidade (horas) Anual |
|------|--|----------------|----------------|--------------------------|
| 1 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Pintura | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 2 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Informática | R\$/hora | R\$ 35,00 | 480 |
| 3 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Ginástica | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 4 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Muay Thai | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 5 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Capoeira | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 6 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Treinamento Funcional | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 7 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Futebol de Campo | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 8 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Ballet | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 9 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Recreação | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 10 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Dança | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 11 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Jiu Jitsu | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 12 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Ginástica Rítmica | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 |
| 13 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Zumba e Fit Dance | R\$/hora | R\$ 70,00 | 360 |

8.2. As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios:

a) Com base na execução dos Contratos nº 076/2023; 079/2023; 080/2023; 081/2023; 082/2023 085/2023; 088/2023; e

b) Série histórica das inscrições e oficinas realizadas anteriormente no município.

c) Pesquisa no PNCP

8.3. Para as situações expressas nas alíneas anteriores, foi considerado um ajuste a maior das estimativas, buscando arredondar a mesma para que se possa ter um controle mais uniforme acerca dos serviços e, ainda, garantir o pleno atendimento às demandas da municipalidade.

8.4. As quantidades expressas são estimativas e representam a previsão de contratação anual, porém não representam certeza de contratação de toda quantidade estipulada, pois serão contratadas de acordo com as demandas do Município, respeitando-se a distribuição igualitária das cotas entre os credenciados, conforme art. 79, inciso I da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

9 – ESTIMATIVA DE VALORES

9.1. O valor estimado total desta contratação é de **R\$ 319.200,00 (trezentos e dezenove mil e duzentos reais)**, conforme memória de cálculo constante no **Anexo I** do ETP, estando em consonância com o disposto no § 1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Os valores unitários e totais estimativos de cada item se encontram resumidos na tabela abaixo:

| Item | Descrição | Unidd de Medida | Valor Unitário | Quantidade (horas) Anual | Valor R\$ Mensal | Valor R\$ Anual |
|------|--|-----------------|----------------|--------------------------|------------------|-----------------|
| 1 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Pintura | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 2 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Informática | R\$/hora | R\$ 35,00 | 480 | R\$ 1.400,00 | R\$ 16.800,00 |
| 3 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Ginástica | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 4 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Muay Thai | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 5 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Capoeira | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 6 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Treinamento Funcional | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 7 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Futebol de Campo | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 8 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Ballet | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 9 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Recreação | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 10 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Dança | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 11 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Jiu Jitsu | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 12 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Ginástica Rítmica | R\$/hora | R\$ 35,00 | 720 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |
| 13 | Prestação de serviços de orientadores oficinas – Zumba e Fit Dance (Esporte) | R\$/hora | R\$ 70,00 | 360 | R\$ 2.100,00 | R\$ 25.200,00 |

Total da estimativa: R\$ 319.200,00

10 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação em tela, dada a sua natureza e forma de realização, será por item, não se vislumbrando possibilidade de aglutinação do objeto.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não foram encontradas contratações correlatas, ou seja, aquelas cujos objetos são similares ou correspondente a esta pretensa contratação. Da mesma forma, não foram (e não serão necessárias) encontradas contratações interdependentes que devam ser contratadas juntamente com este objeto para a plena satisfação da necessidade da Administração.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

12 – RESULTADOS PRETENDIDOS

| TIPO | ASSINALAR | DETALHAMENTO |
|--|-----------|---|
| Ganho de produtividade | X | O credenciamento permite um atendimento mais ágil e descentralizado, aumentando a capacidade de prestação dos serviços médicos sem depender exclusivamente de um único fornecedor. |
| Redução de esforço | X | A contratação direta de profissionais elimina a necessidade de um processo licitatório complexo e recorrente, reduzindo a carga de trabalho administrativo para a gestão municipal. |
| Redução de custo | X | A possibilidade de contratação de múltiplos profissionais por meio do credenciamento permite maior competitividade nos valores dos serviços, evitando sobrepreço e garantindo economicidade. |
| Redução de uso de recursos | X | O modelo evita gastos desnecessários com rescisões contratuais, reprocessos licitatórios e eventuais ineficiências operacionais de empresas intermediárias. |
| Melhoria de controle | X | A Prefeitura mantém controle direto sobre os profissionais credenciados, podendo monitorar e avaliar a prestação dos serviços de forma mais eficaz, garantindo o cumprimento de critérios de qualidade. |
| Redução de riscos | X | Ao diversificar os prestadores de serviço, o município mitiga riscos operacionais, evitando a interrupção do atendimento por eventual descumprimento contratual de uma única empresa. |
| Cumprimento de determinação administrativa | | |
| Melhoria/adequação nas instalações físicas | | |

13 – PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Não serão necessárias providências prévias.

14 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

14.1. Dada a natureza do objeto que se pretende contratar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a contratada atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua atividade.

15 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. O Estudo Técnico Preliminar trouxe informações importantes acerca da necessidade de contratação de profissionais para aplicabilidade de oficinas diversas. Concluímos que este ETP evidencia que a contratação pretendida é viável e necessária para viabilizar o abastecimento da frota municipal, se mostrando técnica e economicamente viável.



Prefeitura do Município de Angatuba
Estado de São Paulo

16 – ANEXOS

16.1. São anexos do presente ETP os seguintes documentos:

Anexo I – Nota técnica – relatório da pesquisa de preços.

Angatuba/SP, 04 de agosto de 2025.

Juliana Lopes Lara

Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social

Nº de matrícula: 3807

Giovane Augusto Camargo Santos

Secretário(a) Municipal de Esportes e Lazer

Nº de matrícula: 3525



Prefeitura do Município de Angatuba
Estado de São Paulo

ANEXO I

Nota Técnica – relatório da pesquisa de preços